

A DEMOCRACIA INGOVERNÁVEL E O AUTORITARISMO NEOLIBERAL

Natalia Monzón Montebello (UECE), natalia.montebello@uece.br
Marcílio Medeiros Silva (UECE), marcilio.medeiros@aluno.uece.br

RESUMO

O texto analisa a relação entre a democracia liberal, o neoliberalismo e a ascensão de formas contemporâneas de autoritarismo. Partindo do diagnóstico conservador formulado na década de 1970, especialmente a partir da Comissão Trilateral e das teses de Samuel Huntington, o artigo discute a noção de “democracia ingovernável” e o deslocamento do discurso da crise do Estado em direção à defesa de soluções autoritárias. A experiência chilena sob a ditadura de Augusto Pinochet é apresentada como laboratório do neoliberalismo autoritário, articulando repressão política e reformas econômicas radicais. Em seguida, o texto relaciona esse processo histórico às dinâmicas recentes no Brasil e em outros países, destacando a normalização do autoritarismo no interior do neoliberalismo e o papel dos discursos de austeridade, segurança e ódio. O artigo sustenta que o autoritarismo contemporâneo não representa um simples retrocesso, mas emerge das próprias contradições do progresso, da democracia liberal e do capitalismo, manifestando-se hoje por meio das mídias digitais e da reorganização neoliberal da vida cotidiana. Ao dialogar com autores como Grégoire Chamayou, Wendy Brown, Vladimir Safatle, Márcia Sá Cavalcante Schuback, Pier Paolo Pasolini, Michel Foucault, Celso Furtado, entre outros, o texto pretende contribuir para o debate crítico sobre democracia, autoritarismo e neoliberalismo, oferecendo instrumentos conceituais para a análise das formas atuais de dominação política, econômica e social. O texto apresenta, portanto, uma abordagem analítica, sustentada por uma ampla base bibliográfica. A análise mobiliza contribuições da filosofia política, da sociologia e da teoria social, permitindo situar historicamente os fenômenos abordados e compreender suas determinações estruturais.

Palavras-chave: Democracia liberal. Neoliberalismo. Autoritarismo. Fascismo.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre democracia liberal, capitalismo e autoritarismo constitui um dos problemas centrais da teoria social contemporânea. Longe de se apresentar como um desvio excepcional ou como simples retorno a formas políticas superadas, o autoritarismo tem se manifestado de maneira recorrente no interior das próprias democracias liberais, especialmente em contextos marcados pela hegemonia do neoliberalismo. Em diversas partes do planeta, a ascensão recente de lideranças autoritárias eleitas democraticamente, a normalização de discursos de ódio e a ampliação de práticas repressivas indicam que a crise atual não diz respeito apenas às instituições políticas, mas ao próprio modo de organização da sociedade produzido pela racionalidade neoliberal.

Desde a década de 1970, setores conservadores passaram a diagnosticar a democracia como um problema, sobretudo quando ampliada para além de limites considerados administráveis. A crise deixa de ser atribuída ao capitalismo e passa a ser localizada no excesso de participação política e de demandas sociais. Esse diagnóstico produzido por conservadores abriu caminho para a defesa de soluções autoritárias, capazes de impor austeridade, disciplina e garantir a continuidade da acumulação capitalista. A experiência chilena sob a ditadura de Augusto Pinochet tornou-se, nesse sentido, um laboratório emblemático da articulação entre repressão política e reformas neoliberais.

A relevância deste artigo reside no fato de que tais dinâmicas não pertencem apenas ao passado. Ao contrário, elas ajudam a compreender processos contemporâneos, como os vividos no Brasil a partir da década de 2010 e em diversos outros países, nos quais o neoliberalismo convive com o fortalecimento do Estado penal, com a militarização da vida social e com formas renovadas de fascismo. Justifica-se, portanto, uma análise que recuse a interpretação do autoritarismo como simples retrocesso histórico e que o compreenda como expressão das contradições internas do progresso, da democracia liberal e do capitalismo.

O objetivo geral do artigo é analisar a relação entre democracia liberal, neoliberalismo e autoritarismo, tomando como fio condutor a noção de “democracia ingovernável” e seus desdobramentos históricos e contemporâneos. Ao articular contribuições da filosofia política, da sociologia e da teoria social, o artigo pretende oferecer instrumentos conceituais para a compreensão crítica das atuais formas de dominação política, econômica e social.

2 PRINCIPAIS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 1973, foi fundada a Comissão Trilateral, formada por setores conservadores dos Estados Unidos, do Japão e de alguns países da Europa. Seu objetivo declarado foi a elaboração de propostas políticas voltadas aos países de maior poder econômico. Em um relatório de 1975, o conservador norte-americano Samuel Huntington afirmava que as democracias sempre conviveram com uma parcela numerosa da população excluída dos processos de decisão política. Tratava-se, segundo ele, de um grupo marginalizado que, ainda assim, não impediria seu funcionamento. Foi isso o que ocorreu com a democracia grega, deixando de fora os escravos, os estrangeiros e as mulheres; com a democracia censitária, que excluía os pobres. E foi assim, também, com a democracia patriarcal, excluindo as mulheres (CHAMAYOU, 2020).

O problema diagnosticado em 1975 foi que a democracia havia se expandido demais. Grupos que antes não participavam da vida política passaram a reivindicar constantes melhorias. Para os participantes do encontro, embalados pelas análises de Huntington, quanto mais o Estado oferece, mais expande o apetite da população, abrindo assim espaço para novas reivindicações. As expectativas não atendidas causam constantes frustrações, o que poderia gerar uma crise de autoridade do Estado.

Uma das sugestões que surgiram então foi que a alternância entre dois partidos poderia educar a sociedade para que aceitasse os limites do que poderia a ela ser ofertado. Isso não prejudicaria todo o sistema, pois a crítica não recairia sobre a democracia, mas sobre o partido que estaria no governo. E, assim, um partido entra, coloca em prática sua política, frustra, perde a reeleição e o outro assume. É um regime rotativo em que a alternância de poder é propagada como saudável à democracia. No entanto, um alerta se impõe: esse cenário ainda pode produzir desânimo — evidenciado pela recorrente e significativa abstenção eleitoral — ou mesmo desencadear revoltas.

O discurso da crise do Estado, que tanto serviu para animar as revoltas da esquerda a partir da década de 1970, começa a animar simultaneamente os conservadores: reconhecendo que a democracia liberal deixava exposta suas contradições e limites, adotavam o discurso da crise para provocar austeridade e defender um viés mais autoritário do governo. O problema, segundo os conservadores, não era o funcionamento da economia capitalista, mas o funcionamento democrático da política num momento em que a democracia se sentia abalada por um excesso de demandas que ela própria ativava.

Para Chamayou, na década de 1970 havia um tom melancólico no discurso dos conservadores. Por outro lado, um otimismo em setores da esquerda começava a se esboçar — já que a burguesia temia a ruína do sistema. No entanto, esse tom melancólico não significava aceitar uma possível derrota histórica. Era preciso agir e reconquistar rapidamente alguns espaços que foram perdidos.

Uma coisa é certa, escrevia Huntington: não se pode contar com ‘nenhuma mão invisível para assegurar a viabilidade das políticas democráticas’. Em suma, ‘ao contrário de toda hipótese de autocorreção automática’, será necessário intervir (CHAMAYOU, 2020, p. 320).

Já era hora, segundo os intelectuais conservadores, de um novo tipo de intervenção na política. Não caberia mais uma simples reestruturação do Estado de bem-estar social. Seria necessária uma nova reconfiguração do poder. De tal modo que a incompatibilidade entre o desenfreado desejo de crescimento dos lucros do setor privado e a ideia de democracia com ampla participação da população em um Estado de bem-estar social se tornava evidente. Portanto, “(...) muitos da direita começavam a achar, cada vez mais abertamente, que não haveria salvação para o capitalismo sem, de uma forma ou de outra, retirar o lastro da ‘democracia’” (CHAMAYOU, 2020, p. 321). Mas não se podia esperar que uma parte da população parasse, por conta própria, de reivindicar melhorias e desistisse da participação política. Também não se podia criticar a democracia abertamente, em público; algo que provocaria extrema rejeição, principalmente nos Estados Unidos.

Porém, entre vários intelectuais, crescia o discurso da necessidade de um governo que introduzisse elementos do autoritarismo para impor diversos cortes aos gastos destinados à população. Aqui já se observa uma relação muito próxima, quase intrínseca, entre conservadores e neoliberais. E em algum lugar do mundo, essa combinação precisaria servir de laboratório para a aplicação de doses crescentes de autoritarismo institucionalizado, articuladas a profundos cortes nos serviços públicos.

No início do golpe de Estado no Chile, ocorrido em setembro de 1973, estudantes da Escola de Chicago foram para lá viver “uma rica experiência acadêmica” – era o que diziam. Mas ao mesmo tempo em que ocorria esta atividade de campo, a Anistia Internacional apresentaria, em novembro do mesmo ano (imediatamente depois do início do golpe), um balanço provisório desse experimento. Violações dos direitos humanos, perseguições, torturas, vários trabalhadores desempregados e entregues à miséria eram alguns dos índices que faziam parte do relatório inicial (CHAMAYOU, 2020).

Mesmo com um governo que praticava as maiores atrocidades contra o povo chileno, não só estudantes recorriam ao país sul-americano para aprender com a experiências de um neoliberalismo autoritário: alguns renomados intelectuais foram assistir *in loco* a implantação do modelo neoliberal e, também, contribuir com seus ensinamentos. Milton Friedman aconselhou Pinochet a impor uma rápida reforma econômica com grandes cortes nos gastos sociais, desregulamentação do trabalho, privatização dos serviços públicos, entre outras medidas. A educação pública foi substituída por um sistema de escolas privadas mantidas pelo

governo na forma de *vouchers*. O dinheiro do Estado era transferido, assim, para grupos empresariais. Friedman justificava o motivo da urgência para a implantação desse programa: só por meio dessa urgência a reação da sociedade seria amenizada, pois não haveria tempo nem ânimo para organizar qualquer contestação (KLEIN, 2008). Já Friedrich Hayek defendeu abertamente a necessidade do autoritarismo do governo de Pinochet. Para ele, em certos casos seria preciso uma ditadura para fazer ajustes necessários durante períodos de transição.

Hayek afirma a compatibilidade, ainda que temporária, do liberalismo e da ditadura? Se nos ativermos a uma interpretação superficial de sua filosofia, isso é um enigma. Porém, analisando melhor, a contradição é apenas aparente. O que é democracia? Para Hayek, que tem uma concepção puramente instrumental, ela é apenas uma ‘regra de procedimento’, um método de decisão fundamentado na regra majoritária. Um simples meio; em alguns casos um fim em si mesmo. Essa técnica política tem suas vantagens sobretudo porque favorece as transições pacíficas no comando do Estado, mas não é um princípio intangível, certamente não o corolário de alguma coisa como o direito político incondicional à autodeterminação. O valor absoluto é a ‘liberdade’, não a democracia. A democracia é apenas uma forma de governo, enquanto a ‘liberdade’ deveria ser concebida como um modo de vida. Se por ventura ambas se esbarram, a segunda, sem nenhuma discussão, deve ceder a primazia à primeira (CHAMAYOU, 2020, p. 329).

Diante da ditadura chilena, que tanto combateu liberdades políticas e civis, é importante perguntar então: de que liberdade se está falando? Interpretando literalmente, se pode dizer que é da liberdade econômica, do direito aos negócios e à propriedade privada. Para os neoliberais, “(...) a democracia, portanto, deveria ser consumida com moderação” (CHAMAYOU, 2020, p. 321). Podendo mesmo chegar aos regimes ditatoriais, durante um determinado período, para a implantação de mudanças profundas e defendidas como necessárias.

Esse parto na violência revela, em primeiro lugar, o fato de que se trata de uma guerra que se trava por todos os meios disponíveis, inclusive o terror, e que se aproveita de todas as ocasiões possíveis para implantar o novo regime de poder e a nova forma de existência (DARDOT & LARVAL, p. 18).

Na primeira década do século XXI, o Brasil experimentou uma maior inclusão de pessoas na democracia liberal. Houve um maior nível de consumo. Expectativas acerca de um futuro melhor foram multiplicadas. No início da década seguinte, uma frustração bateu à porta

e as pessoas foram às ruas. O que se viu posteriormente foi uma resposta autoritária por parte do Estado e apoiada, como era de se esperar, pela burguesia. O discurso da austeridade e da responsabilidade fiscal passou a ecoar tanto do campo da direita quanto do da esquerda institucional.

O povo não poderia se acostumar a ter suas necessidades minimamente atendidas. Era necessário reeducá-lo com repressão e com um teto para os gastos públicos. Mas é importante dizer que algo muito significativo acontecia nas manifestações que se agitaram em vários lugares do país e que ficaram conhecidas como as jornadas de junho de 2013: nem todas as questões foram esgotadas. Conforme Vladimir Safatle (2023), ainda é necessário compreender de que modo uma revolta popular como aquela pode se converter, ao menos em parte, em um movimento reacionário. O certo é que, depois de junho, a esquerda brasileira se tornou defensiva e fez do medo seu sentimento dominante.

Hoje, líderes autoritários ascendem democraticamente ao poder em vários países. Todos animando um discurso de ódio que cresce na internet e nas ruas. O discurso já não é para salvar o Estado e suas instituições. Fala-se, inclusive, contra elas. No entanto, ocultam o tipo de Estado que eles querem manter. Não é todo o Estado que se pretende suprimir. Busca-se preservar precisamente aquele que favorece o mercado e a acumulação irrestrita de capital. Em contextos como o brasileiro, a chamada extrema-direita defende também a manutenção e o fortalecimento do aparato militar e repressivo, concebido como dimensão fundamental do Estado. No entanto, é bastante visível que “(...) temos dificuldade até mesmo com a nomenclatura: trata-se de autoritarismo, fascismo, populismo, democracia não liberal, liberalismo antidemocrático, plutocracia de extrema direita? Ou outra coisa?” (BROWN, 2019, p. 10). Unindo elementos até então vistos como contrários, esses líderes se apresentam ao mesmo tempo como defensores da liberdade e do conservadorismo – muitas vezes são reacionários.

Estas novas forças conjugam elementos já familiares do neoliberalismo (favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade) com seus aparentes opostos (nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista e demandas por soluções estatais para problemas econômicos e sociais) (BROWN, 2019, p. 10).

É oportuno dizer que parte da dificuldade para tratar com esse fenômeno ocorre por conta do apego a velhos princípios como se estes fossem eternos. Mas o Ocidente está diante

da crise radical dos valores que o orientaram nos últimos séculos – a ideia de progresso, a crença na democracia liberal, por exemplo. Provavelmente a atual extrema-direita é mais um efeito dessa crise e ao mesmo tempo dela se aproveita para ratificar seus violentos discursos.

Os *slogans* das campanhas dizem tudo: ‘*Make América great again*’ [Faça a América grande de novo] (Trump), ‘*A França para os franceses*’ (Le Pen e a Frente Nacional), ‘*Take back control*’ [Recupere o controle] (Brexit), ‘Nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha’ (Alternativa para a Alemanha), ‘Polônia pura. Polônia branca’ (Partido Polonês da Lei e da Justiça), ‘Mantenha a Suécia sueca’ (Democratas Suecos) (BROWN, 2019, p. 14).

Discursos que clamam por uma unidade nacional não demoram a produzir e evidenciar, entre os próprios nativos, aqueles que serão vistos como uma categoria inferior. Um estado de exceção permanente será, assim, lançado não só contra o suposto terrorista, o imigrante ilegal, ou o refugiado, mas também grande parte da população local sentirá seus efeitos. E, no caso brasileiro, a suposta unidade nacional, além de não ser para todos, o tal patriotismo da burguesia – classe que comanda quase sempre as ações do Estado – é subserviente aos Estados Unidos e aos demais países do capitalismo central.

Alguns chegam a argumentar que esses líderes autoritários representam a vontade do povo e que essa vontade deve ser respeitada. Reduzem a normalização dessas posturas autoritárias a uma suposta vontade popular, uma vez que eles são eleitos pelo voto universal e direto. No entanto, não se pode deixar de problematizar a seguinte questão: será que a normalização desse modo violento de propor supostas soluções para as crises – antes mesmo de ganhar as ruas e as urnas – não é elaborada e disseminada por analistas neoliberais aliados com o que existe de mais podre na política institucional? Para Safatle (2024) a resposta é afirmativa. Segundo ele, a extrema-direita só alcançou tanta força porque já estava normalizada havia muito tempo. Não pelos eleitores, mas por políticos e formadores de opinião liberais. Existe, segundo ele, uma aliança concreta entre esses dois grupos. Políticas anti-imigração, por exemplo, precisam ser primeiro adotadas pelo chamado “centro democrático” para que a extrema-direita se fortaleça. Do mesmo modo, a paranoia com segurança deve ser repetida diariamente por analistas liberais para que a extrema-direita conquiste apoio. Assim, quando a extrema-direita chega ao poder, geralmente encontra apenas uma porta já aberta: a normalização de múltiplas formas de violência, legitimadas por analistas que ocupam os meios de comunicação e que já haviam, previamente, delimitado os rumos do debate político.

A naturalização da violência e a falta de solidariedade que predominam hoje não representam, necessariamente, um retorno ao passado, mas podem ser efeitos de uma instrumentalização específica da noção de progresso. Safatle (2022) observa que é recorrente a interpretação segundo a qual o autoritarismo e a violência fascista seriam expressões de um retrocesso social, uma reação anacrônica às transformações produzidas pela modernização. Nessa leitura, o fascismo apareceria como uma tentativa de recompor vínculos tradicionais diante de um mundo cada vez mais globalizado, configurando-se como resistência aos avanços científicos e ao conhecimento. Assim, seria entendido como um movimento de recuo histórico, marcado pela rejeição da modernidade. Contudo, como alerta o autor, essa interpretação precisa ser problematizada. Segundo Safatle (2022), o fascismo pode ser compreendido de maneira mais precisa não como um simples retorno ao passado, mas como uma possibilidade inerente ao próprio progresso. Não se trata de uma recaída na barbárie, mas de algo que emerge das contradições da própria civilização: uma expressão das tensões e das violências produzidas pelo seu avanço.

No Brasil, o progresso frequentemente implicou indiferença e falta de solidariedade em relação àqueles que questionam seu avanço devastador. Por isso, não é surpreendente, segundo Safatle (2022), que esse progresso tenha preparado o terreno para o fascismo. Mas aqui importa lembrar do alerta feito por Celso Furtado há alguns anos — quem sabe isso não possa incomodar as certezas daqueles que ainda acreditam no mito do progresso bom para todos:

O que não se pode aceitar é a hipótese, também fundamental nessas projeções, segundo a qual os atuais padrões de consumo dos países ricos tendem a generalizar-se em escala planetária. Esta hipótese está em contradição direta com a orientação geral do desenvolvimento que se realiza atualmente no conjunto do sistema, da qual resulta a exclusão das grandes massas que vivem nos países periféricos das benesses criadas por esse desenvolvimento. Ora, são exatamente esses excluídos que formam a massa demográfica em rápida expansão (FURTADO, 1974, p. 70).

Seguindo a linha de pensamento que não hesita em relacionar os acontecimentos atuais ao fascismo, Márcia Sá Cavalcante Schuback, em seu livro *O fascismo da ambiguidade: um ensaio conceitual* (2021), afirma que estamos diante de uma nova forma de fascismo. Tomando o velho para tentar pensar o novo, Schuback inicia o livro apresentando a visão predominante sobre o fascismo histórico — quase sempre definido como uma ideologia

política autoritária, conservadora e ultranacionalista. Ela recorda que o termo fascismo foi criado por Benito Mussolini para designar a ideologia do partido que fundou em 1915, o Partido Revolucionário Fascista. Em uma nota escrita em 1932 para a *Enciclopédia Italiana*, Mussolini afirmava que sua única doutrina era a “da ação”. Como doutrina da ação, o fascismo não se estruturava como um sistema teórico fechado, mas como um conjunto de aforismos, antecipações e aspirações voltados a atingir diretamente o povo, mobilizando-o por meio da emoção. Nesse sentido, é importante lembrar que o verbo emocionar significa, literalmente, colocar em movimento. (SCHUBACK, 2021).

Mas como opera essa doutrina profundamente mobilizadora? Para a autora, ela se constitui pela recusa de qualquer concepção pacifista. O ultranacionalismo fascista busca estabelecer uma conexão imediata entre o povo e o líder, concebido como seu representante direto, sem mediações institucionais. O *Duce*, o grande condutor, converte-se no catalisador de toda a energia humana, que atinge sua máxima intensidade na guerra, isto é, no ódio.

Nas palavras de Mussolini, esse espírito antipacifista habita não só o povo, mas cada indivíduo que, mesmo ferido de guerra, escreve na gaze que recobre a ferida ‘*Me ne frego*’, ‘Não me importa’ ou ‘E daí?’, para mostrar não apenas um ‘ato de filosofia estoica’ ou o ‘sumário de uma doutrina política’, mas a ‘educação para o combate, para a aceitação dos riscos que o combate implica e um novo modo de vida para a Itália’ (SCHUBACK, 2021, pp.13,14).

Segundo Schuback (2021), Mussolini descreve o fascismo como um amor à vida, mas uma vida concebida como luta, dever e conquista. Não é a defesa da vida para todos. “É a vida entendida como aproximação seletiva e natural dos mais fortes” (SCHUBACK, 2021, p.14). O fascismo, portanto, configura-se como uma concepção de vida entendida como combate. Trata-se de uma existência permanentemente armada, que exalta a guerra como expressão máxima da energia humana. Essa lógica se manifesta no uso recorrente de uma linguagem direta e mobilizadora, que concebe a vida como um conflito contínuo. Sua vocação necropolítica, segundo a autora, contribui para justificar o uso do termo fascismo ou neofascismo na análise de determinados fenômenos contemporâneos. (SCHUBACK, 2021). Em comparação com a linguagem direta e emotiva típica do fascismo clássico, as redes sociais não teriam hoje um apelo parecido?"

Se a democracia tem como ‘ponto fraco’ o sistema de representação, já que nela muitos se sentem sempre ainda não representados, o fascismo de hoje se

proclama mais democrático que a democracia, pois exerce um poder que ‘fala’ com cada indivíduo ‘diretamente’ pelo Twitter e pelo WhatsApp não mais precisando de representantes, pois a democracia se mostra agora pela apresentação midiática de tudo o que acontece e não meramente por uma representação nunca suficientemente representativa (SCHUBACK, 2021, p. 43).

O fascismo histórico orgulhava-se de alcançar algo que nenhuma democracia representativa havia conseguido: ser diretamente identificado como o próprio povo, e não apenas sua representação, por meio da fusão simbólica entre o povo e seu líder. As redes sociais parecem finalmente concretizar esse ideal, ao possibilitar um contato supostamente direto. Parece agora não haver mais necessidade de partidos e outras instituições que venham intermediar o contato entre o usuário de um aplicativo e seu líder político.

Para Marcia Sá Cavalcante Schuback (2021), uma das principais características desse novo fascismo é que ele investe justamente na ambiguidade de sentidos – sendo as redes sociais um importante instrumento. É evidente que a linguagem jamais é desprovida de ambiguidade e, sem dúvida, sua verdadeira riqueza está intrinsecamente ligada à capacidade de sugerir, de se abrir a múltiplas interpretações e à reinvenção das significações. Nesse contexto, a ambiguidade revela-se como a força criadora da linguagem. Sua potência ambígua, entendida como a resistência à univocidade do sentido, reflete, portanto, a oposição à tirania de uma significação única, imposta e dogmática.

No entanto, a nova forma de fascismo reage à potência da ambiguidade, fundamental como forma de resistência ao próprio fascismo, esvaziando o sentido por meio da própria exacerbação dos sentidos. O fascismo que se instaura hoje torna todos os sentidos ambíguos. Ainda que, para um olhar atento, não seja difícil decifrar suas reais intenções, seu modo de comunicação opera pelo esvaziamento do sentido ao tornar todo sentido equivalente a qualquer outro e a qualquer coisa. (SCHUBACK, 2021). Conforme a autora, para realizar a imobilização da força criadora dos sentidos por meio da hiperambiguiização da ambiguidade, recorre-se a diversas estratégias. Uma delas é a prática da renomeação. Ao afirmar, como se faz no Brasil, que um golpe militar como o de 1964 teria sido uma revolução, não apenas se falseia a verdade histórica, como também se procura imobilizar as oposições e neutralizar as contradições reais, artificialmente tornadas equivalentes. Manifestando um incômodo parecido, o artista Nuno Ramos escreveu as seguintes linhas nas páginas de um jornal:

Li na internet a seguinte pergunta: como um fascista mente? Bem, ele não mente — desmente. Ele nega o que disse e nos acusa de tê-lo dito por ele. Ele cria uma câmara de ecos em que a energia do que disse, do seu ‘ato’ verbal, já se perdeu, e é nessa perda mesma que ele investe. Um fascista mente sem gramática, não por ignorância (errar a gramática não é nunca um problema), mas porque precisa de uma dispersão linguística que beire o ininteligível e onde, embora o sentido do que diz seja claro (por exemplo, ‘dar um golpe’), o contrário também estará dito, numa frasezinha lateral e aparentemente sem sentido, para que possa ser resgatada, caso necessário. Mais do que de falsidade, a mentira fascista é um caso de covardia (RAMOS, 2020).

A análise de Marcia Sá Cavalcante Schuback (2021), é fortemente marcada pelo pensamento de Pier Paolo Pasolini. Foi ele quem identificou que a ameaça fascista não estava mais restrita aos Estados totalitários, mas também presente no homem-consumidor e individualista criado pelo capitalismo midiático. A junção de capitalismo e técnica midiática produziu um fascismo ainda mais bem realizado do que o fascismo clássico de Mussolini. Surgia uma nova forma de cidadania: o consumidor. Pasolini chamou de “mutação antropológica” o efeito provocado pela transformação radicalmente dos comportamentos, dos gestos e da linguagem (PASOLINI, 2020). Não adiantava apenas ser consumidor, era preciso ter um modo de vida orientado para o consumo.

O fascismo clássico não pode ser ignorado, pois constitui o exemplo mais completo de Estado totalitário (ARENDT, 2013). Entretanto, segundo Pasolini, o novo fascismo — que também se apoia no Estado para exercer sua violência — não se organiza prioritariamente nas instituições, mas se manifesta como uma nova configuração da vida cotidiana e, portanto, mais complexa de ser enfrentada.

Foucault (1993), percebendo essa dimensão do fascismo, se perguntou como seria possível uma vida não fascista. Por isso, ele afirma que o principal adversário estratégico é o fascismo. Mas não apenas o fascismo histórico de Hitler e Mussolini, que mobilizou o desejo das massas, mas também do fascismo inscrito em cada um: aquele que influencia pensamentos, condutas diárias, a atração pelo poder e o desejo pelo que domina e explora. Diante desse contexto, Foucault, coloca uma questão central: como evitar a reprodução do fascismo, mesmo quando se acredita ser um revolucionário? Como libertar discursos, atitudes, emoções e prazeres da influência fascista? Como eliminar a presença do fascismo nos comportamentos cotidianos?

No tempo em que Pasolini pensava essas questões, foi o avanço da técnica televisiva que fez o trabalho de unificar os desejos do povo de uma maneira tão precisa que nem o fascismo clássico havia imaginado ser possível.

Não há dúvida (os resultados o demonstram) de que a televisão é o meio de informação mais autoritário e repressivo do mundo. Comparados a ela, o jornal fascista e os *slogans* mussolinianos escritos nos muros são risíveis: o fascismo, insisto, no fundo não foi capaz nem de arranhar a alma do povo italiano; o novo fascismo, através dos novos meios de comunicação e de informação (especialmente da televisão) não só arranhou, mas a dilacerou, violentou, contaminou para sempre... (PASOLINI, 2020, pp. 55,56).

O que dizer hoje, então, do infundável emaranhado comunicacional das redes sociais? A potencialização técnico-comunicacional dos microfascismos da vida cotidiana projeta novas questões para um limiar da democracia em que não mais funcionam conceitos clássicos. Seria necessário interrogar vivamente a política, após a corrosão da democracia pela sociedade de consumo, talvez para desenhar um mundo sem corrimãos, em que o pensar contra o próprio tempo não seja apenas resistência, mas, antes, urgência ética. De qualquer modo, o abandono do abrigo das categorias tradicionais da teoria política parece sinalizar um primeiro gesto. Nesse sentido, as análises aqui apresentadas confluem com esse incômodo, contra a teoria que pretende estabelecer, ou melhor, decretar ideais universais para fundamentar programas estatais e intelectuais mais à esquerda ou à direita de um único espaço político primordialmente metafísico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo buscou demonstrar que o autoritarismo contemporâneo não pode ser compreendido como um desvio externo à democracia liberal nem como simples regressão histórica. A discussão sobre o fascismo contemporâneo, especialmente a partir das contribuições de Márcia Sá Cavalcante Schuback, Pasolini e Foucault, entre outros, permitiu compreender que as formas atuais de dominação não se organizam apenas no plano institucional. Elas atravessam a linguagem, os afetos, os comportamentos cotidianos e as tecnologias de comunicação, operando por meio da ambiguidade, da renomeação e do esvaziamento do sentido. O fascismo de hoje não se impõe apenas pela coerção direta, mas, antes, pela captura dos desejos e pela reorganização neoliberal da vida.

Diante desse quadro, torna-se insuficiente recorrer a categorias que tratam o autoritarismo como exceção ou anomalia. O que se impõe é a necessidade de pensar

criticamente os limites da democracia, da ideia de progresso e da própria racionalidade neoliberal. As reflexões aqui apresentadas pretendem contribuir para a construção de instrumentos teóricos capazes de compreender e enfrentar as formas contemporâneas de dominação, reafirmando a urgência de imaginar modos de vida e de organização política que não reproduzam o fascismo inscrito no próprio funcionamento da sociedade atual.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Trad. Juliane Bianchi Leão. Coleção Pequena Biblioteca de Ensaio. Rio de Janeiro: ZAZIE Edições, 2018.

_____. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. Trad. Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo, Editora Filosófica Politéia, 2019.

CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. Trad. Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. O anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista. **Cadernos de Subjetividade**, v. 1, n. 1, p. 197-200, 1993.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Trad. Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

PASOLINI, Pier Paolo. **Escritos corsários**. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Editora 34, 2020.

RAMOS, Nuno. Brasil enfrenta duplo apocalipse com Bolsonaro e coronavírus, reflete Nuno Ramos. Folha de São Paulo, 19 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/05/brasil-enfrenta-duplo-apocalipse-com-bolsonaro-e-coronavirus-reflete-nuno-ramos.shtml>. Acesso: novembro 2025.

SAFATLE, Vladimir. O fascismo nasce das contradições do progresso? **Revista Cult**, São Paulo, 8 jun. 2022. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-fascismo-nasce-das-contradições-do-progresso/>. Acesso: novembro 2025.

_____. O dia no qual o Brasil parou por dez anos. **Cadernos IHU**. Instituto Humanitas Unisinos - IHU, jun. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/630058-o-dia-no-qual-o-brasil-parou-por-dez-anos-artigo-de-vladimir-safatle>. Acesso: novembro 2025.

_____. A normalização da extrema direita já ocorreu. **Folha de São Paulo**, jul. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2024/07/a-normalizacao-da-extrema-direita-ja-ocorreu.shtml>. Acesso: novembro 2025.

SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome: um novo livro**. São Paulo: Planeta, 2025.

SCHUBACK, Márcia Sá Cavalcante. **O fascismo da ambiguidade: um ensaio conceitual**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2021.